



FICS

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ANDREA NEVES BARBOSA

ARTIGO

**CONCEITOS E POSSIBILIDADES: PROCESSOS DE LETRAMENTO
ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

**SANTO AMARO – BA
JUNHO – 2020**

CONCEITOS E POSSIBILIDADES: PROCESSOS DE LETRAMENTO ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Andrea Neves Barbosa¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo refletir sobre a educação antirracista nas práticas de letramento. Como objetivos específicos buscou abarcar conhecimento teórico sobre relações - étnicos raciais, identidades, colonialidades, educação e sugerir possibilidades de práticas de letramento com viés antirracista. A metodologia utilizada é levantamento bibliográfica utilizou-se alguns autores como MUNANGA (2005), OLIVEIRA E CANDAU (2010), QUIJANO (2000) importantes para compreender a educação antirracista. Letramento escolar é um conjunto de práticas sociais de leitura e de escrita. São situações em que a leitura e a escrita constituem parte essencial para fazer sentido à situação de ensinar, de aprender, de saber conviver que deve possibilitar aos envolvidos interpretar os contextos hegemônicos que justificam o que acontecem nas relações brasileiras e promover o contato com aspectos decoloniais e antirracistas.

PALAVRAS CHAVES: Educação antirracista, colonialidade, decolonização e letramento.

ABSTRACT: The article aims to reflect on anti-racist education in literacy practices. As specific objectives, it sought to encompass theoretical knowledge about racial - ethnic relations, identities, colonialities, education and to suggest possibilities of literacy practices with an anti - racist bias. The methodology used is a bibliographic survey. Some authors, such as MUNANGA (2005), OLIVEIRA AND CANDAU (2010), QUIJANO (2000), were used to understand anti-racist education. School literacy is a set of social reading and writing practices. These are situations in which reading and writing are an essential part of making sense of the situation of teaching, of learning, of knowing how to live together, which should enable those involved to interpret the hegemonic contexts that justify what happens in Brazilian relations and promote contact with aspects decolonial and anti-racist.

KEY WORDS: Anti-racist education, coloniality, decolonization and literacy.

INTRODUÇÃO:

A proposta deste artigo é refletir sobre a educação antirracista nas práticas de letramento. Tendo como **objetivo geral** refletir como o letramento pode contribuir para uma educação antirracista. Como **objetivos específicos**

¹ Mestre em Ciências da Educação. Especialista em Metodologia do Ensino da Gramática e Produção Textual. Graduada em Licenciatura Plena em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), professora de Língua Portuguesa da Rede Pública e Privada do município de Santo Amaro – Bahia – Brasil.andreaameves@hotmail.com

buscou abarcar conhecimento teórico sobre relações - étnicos raciais, identidades, colonialidades, educação e sugerir possibilidades de práticas de letramento com viés antirracista.

Inicialmente o que chamou atenção para **o objeto de estudo foi a** relação dos estudantes com as práticas de letramento que não mantêm um ensino e aprendizagens antirracista. Diante dessa problemática como norteador dessa pesquisa definimos como situação problema: como o letramento escolar pode contribuir para uma formação crítica antirracista em espaços hegemônicos brasileiros?

Nos processos de letramento tradicionais ainda é possível perceber moldes cartesianos coloniais o que influencia decisivamente nas construções de visões eurocêntricas e hegemônicas cada vez mais jovens, desde já vale ressaltar que é uma construção marcada pelo pré-conceito histórico cultural e racial.

A **justificativa** deste estudo está em sugerir que as leituras e estratégias antirracista abordem cada vez mais estudantes através de leituras não eurocêntricas e que valorizem a identidade negra a cultura e que quebrem estruturas hegemônicas e desiguais, para isso se faz necessário trazer instrumentos que trabalhem leituras e a escrita com novas perspectivas, compreendendo textos, leituras, imagens, historicidades.

A **metodologia** da pesquisa bibliográfica é utilizada a partir do pensamento de Gil (1946, p.44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Lima e Mioto (2007):”significa realizar um movimento incansável de apreensão de objetivos de observância das etapas, de leitura, de questionamento e de interlocução crítica com o material bibliográfico e que isso exige vigilância.(LIMA e MIOTO p. 2007). A pesquisa bibliográfica como forma de manter rigor científico. No que concerne as abordagens é dita como qualitativa que visa compreender os aspectos relacionados às questões culturais pelos sujeitos da pesquisa e que faz parte da constituição do seu eu. Logo, Minayo (2012, p.21) aborda que:

A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares [...]

ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro de uma realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Algumas autores foram fundamentais para sustentar este estudo como MUNANGA (2005), OLIVEIRA E CANDAU (2010), QUIJANO (2000) importantes para compreender a educação antirracista que orientam essa pesquisa. Sobre a metodologia que embasa essa pesquisa Galvão (2014) esclarece a relação íntima entre a humanidade e os registros e sua relação com o levantamento bibliográfico:

Levantamento bibliográfico, ou prospecção da informação para fins técnico-científicos, é um assunto apaixonante e relacionado à história da humanidade, à história de construção dos espaços coletivos, que leva em si um pouco de todas as pessoas que tiveram a preocupação em registrar em um pedaço de pedra, argila, papiro, papel, ou em uma tela, imagem, ou documento digital, suas descobertas científicas, conhecimentos e percepções. (GALVÃO p.12 2014).

A autora esclarece como os documentos coletavam os espaços, pois se faz entender as características de cada local de forma coletiva mas compreendendo suas especificidades e as homogeneidade, ou seja as características comuns Galvão (2014) não existe pesquisa sem a potencialidade de exploração e de riqueza através do avanço intelectual e científico de quem as realiza: “que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores” (GALVÃO p.14 2014).

A educação antirracista é uma maneira de amenizar lacunas históricas existentes e que marginalizam os povos indígenas e africanos fruto de um processo desigual, injusto e violento onde prevaleceu histórias e estórias contadas pela ótica europeia, resultando no menor reconhecimento e no pertencimento dos alunos com a identidade negra e remanescente de quilombo.

CONTRAPONTO CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO: COLONIALIDADE, PROCESSOS ANTIRRACISTAS ATRAVÉS DO LETRAMENTO.

O colonialismo sempre foi um mecanismo inerente nos processos históricos culturais e sociais na América e conseqüentemente no Brasil,

evidente que a de educação faz parte desses procedimentos. As práticas educativas ditas como civilizatória e coloniais sempre foi um vetor que mobilizou todo processo epistemológico das sociedades ocidentais incluindo a brasileira.

A América sofreu com práticas de extermínio da população indígena e escravidão negra resultado em relações socioculturais baseadas no colonizador europeu e uma aculturação de outros povos. A educação tradicional suas teorias, práticas, conceitos e todas as bases epistemológicas foram formuladas e organizadas considerando o viés colonial, sobre isso Savianni (2011) explica:

O processo de colonização abarca, de forma articulada mas não homogênea ou harmônica, antes dialeticamente, esses três movimentos representados pela colonização propriamente dita, ou seja, a posse e exploração da terra subjugando os seus habitantes (os índios); a educação enquanto aculturação, isto é, a inculcação nos colonizadores das práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores; e a catequese entendida como a difusão e conversão dos colonizados à religião dos colonizadores. (SAVIANI, 2011, p. 29).

Os vestígios da colonização ainda são inerentes nos diferentes sistemas e estruturas do Brasil, a educação não é um fator diferente. O sistema educacional fortalece bases coloniais ainda na modernidade é o que Quijano (2000) chama-se de colonialidade do saber, trata-se do processo de ensino e aprendizagem ainda na contemporaneidade ainda baseada na colonização. A colonialidade para Quijano (2007) é a classificação social da população mundial ancorada na noção de raça, que tem origem no caráter colonial, mas já provou ser mais duradoura e estável que o colonialismo histórico, em cuja matriz foi estabelecida até a modernidade. Enquanto colonialismo se remete ao tempo histórico que compreende basicamente os séculos XV, XVI e XVII onde o Brasil foi colônia de exploração de Portugal, colonialidade é essa hegemonia existente pós esse período em que as amarras e mazelas da colonização são estabelecida colocando a branquitude em locais de privilégio.

Lander (2005) explica a visão eurocêntrica de um mundo nos últimos séculos demarca uma relação de poder e de dominação existente visualizado na educação, o colonialismo não se desvincula do sistema de ensino, pois é através das práticas de ensino aprendizagem que a branquitude, ou melhor o dominador incorporou seus valores aos colonizados. Desde modo entende-se

aqui que colonialidade é um fator existente ainda nos processos e relações educacionais.

As matrizes de poder do colonizador demarcaram inúmeras conjunturas como o sistema educacional. O enfretamento dos aspectos estruturais impostas pelo colonialismo para a educação delinear-se uma nova pedagogia que resgata o fortalecimento dos povos e descendentes afros indígenas e desmistifique as fragilidades históricas enraizadas pela colonização e amenize o racismo inerente na nossa sociedade.

São questões históricas culturais que embasam todo processo de construção do conhecimento científico e pedagógico. Exemplificando que existe um grau de superioridade de uma etnia em detrimento a outra. Oliveira e Candau (2010. p. 19) explica: ao processo de dominação das mentalidades os teóricos decoloniais chamaram de colonialidade, que também pode ser compreendida como uma permanência das estruturas subjetivas, dos imaginários e da colonização epistemológica.

O que devemos pensar em uma educação que atenda demandas inovadoras e amenize os impactos causados pelos processos coloniais. Em uma perspectiva decolonial e antirracista a educação necessita de conceitos epistemológicos inovadores. Em contrapartida a esse pensamento colonial surge a educação antirracista que tem suas ideias baseadas na decolonialidade, com base em Oliveira e Candau (2010. p. 24):“a decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da colonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber”.Para que aconteça a educação antirracista é preciso ter como forma visão de mundo o pensamento decolonial, já que contribui para uma visão epistêmica não eurocêntrica, assim demonstrando o outro lado da história.

Em seu artigo Ferreira (2012, p.279) traz uma contribuição da autora Eliane Cavalleiro (2001, p. 158) que destacou característica da educação: o reconhecimento da existência do racismo no cotidiano escolar, a qualquer atitude preconceituosa na sociedade e no espaço escolar, a valorização da a diversidade no ambiente escolar para promover a igualdade, o ensino de uma história crítica sobre os diversos grupos que compõe nossa sociedade, a busca por eliminar o eurocentrismo nos currículos incorporando as temáticas

afrodescendentes, a defesa do discurso positivo sobre a diversidade racial, a elaboração de ações que estimulem a autoestima dos estudantes de grupos que sofrem discriminação.

A educação antirracista tem suas concepções metodologias baseadas na decolonização que uma perspectiva epistemológica mais ampla. Neste artigo apresentamos o letramento como uma estratégia metodológica de propor uma educação antirracista por consequência decolonial, a fim de contrapor leituras e processos coloniais ainda existentes nas relações educacionais. Para promover a educação antirracista é preciso que o educador obtenha característica no seu modo de pensar e agir diferente da metodologia de ensino e aprendizagem existentes.

È necessário rupturas na estrutura, pensamentos e ações relacionados e que quebre à dicotomia estrutural desigual existente no Brasil a educação e seus mecanismos precisam ser utilizados para combater aspectos desiguais existente nas relações brasileira e o letramento é uma ferramenta para uma educação antirracista de fácil acesso, produção e possível nas diferentes realidades escolares brasileira.

O conceito de letramento que este artigo propõe é o apresentado por Kleieman (1995) que vai além do período de alfabetização dos estudantes um processo mais contínuo de leitura e escrita que não está atrelada somente a um período escolar. Letramento escolar é um conjunto de práticas sociais de leitura e de escrita. São situações em que a leitura e a escrita constituem parte essencial para fazer sentido à situação de ensinar, de aprender, de saber conviver tanto em relação à interação entre os participantes como em relação aos processos e estratégias interpretativas do ensino e da aprendizagem da comunidade escolar.

Conforme Carvalho (2013, p.66) “o letrado [...] é alguém que se apropriou suficientemente da escrita e da leitura a ponto de usar com desenvoltura, com propriedade, para dar conta de suas atribuições sociais e profissional”. O importante é usar na contemporaneidade, o letramento tem um valor importante e auxilia no dia a dia, seja através da compreensão.

Neste contexto, é preciso pensar em reformular algumas práticas pedagógicas que incentive a disseminação a leitura de uma historicidade ancestral dos estudantes, como elemento desencadeador da promoção de

relações mais harmônicas entre os professores, os estudantes, a escola e a sociedade, conforme determina a Lei N.º 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008 e documentos norteadores como a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Para Munanga (1999) a educação é: “uma educação envenenada pelos preconceitos não existindo práticas educativas inovadoras e transgressoras em prol de um resgate, em busca da reconstrução social e valorização da identidade negra.” (MUNANGA, 1999, p.16) A maneira como foi transmitido o cerne dos questionamentos em torno da questão indenitária, à transmissão dos costumes culturais dos negros sempre foram carregados de pré-conceitos. Munanga (1999, p.23) afirma que:

“Embora concordemos que a educação tanto familiar como escolar possa fortemente contribuir nesse combate, devemos aceitar que ninguém dispõe de fórmulas educativas prontas a aplicar na busca das soluções eficazes e duradouras contra os males causados pelo racismo na nossa sociedade. A primeira atitude corajosa que devemos tomar é a confissão de que nossa sociedade, a despeito das diferenças com outras sociedades ideologicamente apontadas como as mais racistas”.

A educação deve reestruturar a identidade dos alunos e alunas das comunidades remanescentes quilombolas e quebrar traços e métodos exercidos pela colonidade. Essa foi, e, ainda é, o maior desafio para o processo educacional nas escolas situadas nos territórios quilombolas. Segundo Hobsbawm (2006), somente quando a tradição reinventa-se ela pode perdurar e a educação passa a ter um papel fundamental nesse processo de reafirmação identitária, conforme determina a DCN: O currículo definido aqui como “um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade” na organização educacional devemos analisar de forma cuidadosa esse instrumento não se esquecendo das suas funções no processo de ensino aprendizagem desmistificar e esclarecer os fatos históricos e culturais. (BRASIL, 2013, pg.447)

POSSIBILIDADES ANTIRRACISTAS ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Carvalho (2003) pontua que o letramento a leitura e a escrita se complementam. São usos sociais da leitura e escrita, porém o resultado é um

estudante que sabe escrever de forma copista, com dificuldades na compreensão de texto. para melhorar nossa forma de nos comunicarmos. A autora Carvalho (2013. p.65): O letramento traz consequências (políticas, econômicas, culturais etc) para indivíduos e grupos que se apropriam da escrita fazendo com que esta se torne como parte de suas vidas como meio de expressão e comunicação.

Paulo Freire (2001) questiona o conceito de letramento como sendo “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” estabelecendo que primeiro devemos ter uma noção sobre o mundo a partir do seu contexto e aspectos sociais, econômico e cultural e posteriormente ampliar novos saberes com a questão da escrita. O clássico autor explica que a formação de leitores/leitoras que atuem como sujeitos ativos/ativas e críticos/ críticas dentro do contexto escolar.

Cabe o professor, assumir uma postura antirracista e crítica buscando um comprometimento com o fazer educacional que busque a criticidade e entender aspectos da história não contada desvinculando a perspectiva colonial. Dessa forma, quando o educando é instigado e estimulado faz um bom uso da leitura de mundo ou dos livros ocorra transformação em sua vida, ele vai ter possibilidades de ampliar a sua visão.

A leitura de mundo, através da imersão na cultura e na história, vai qualificar sobremaneira o universo de acesso ao conhecimento formal ou escolarizado. Erro é separar o processo de alfabetização dos e de expressões culturais e sociais. Pode-se dizer que o letramento é importante até para constituir o estudante como cidadão ativo, pois o sujeito letrado ele é capaz de reivindicar e opinar sobre a realidade de seu cotidiano.

Dessa forma leva-nos acreditar que a leitura abre caminho para melhorar a maneira de conversar e de refletir, estímulos que devem ser aguçados desde a infância até a fase jovem. O processo de leitura inspira e faz com que os leitores possam sonhar, imaginar, refletir considerando as etapas cognitivas dá-lhes liberdade para que ampliem e transformem os conhecimentos em movimento constante e que analisem suas realidades, que conduzem a aportes formativos que podem promover novas interações, dessa forma nascem mudanças da sua forma de olhar/ser/estar no mundo.

Vale salientar que essa forma de pensar e fazer educação se pauta na perspectiva da ascensão de contribuir com a construção de práticas e ações decoloniais e antirracistas que auxiliem no combate as atitudes que não abarquem as diferenças dentro do ambiente escolar, ou seja, hegemônicas centralizadoras e ainda coloniais. É notório que esses aspectos podem e devem ser trabalhados em consonância com as questões inerentes da realidade escolar e as especificidades dos indivíduos envolvidos.

As possibilidades apresentadas nesse artigo sugerem que os agentes envolvidos nos processos educacionais possibilitem aos sujeitos novas leituras, novos textos, apresentem outras linguagens, outros heróis, brincadeiras, histórias, autores, livros, paradidáticos, informações, leituras cartográficas, leituras de contos africanos, desmistificar a ideia da África como local de selvageria, analisar as contribuições e diversidade afroindígenas, imagens, contos, interpretações de charges, personagens negros/negras e materiais escolares que abarquem como referência simbólica de acesso afroindígenas elementos que comumente não visualizados nos materiais formativos existentes nos atuais espaços escolares.

Além disso, os documentos oficiais os norteadores, os currículos escolares, documentos municipais e escolares os parâmetros, os planos políticos pedagógicos precisam também atender uma nova realidade cujo os objetivos procurem atender novas leituras e formações dos sujeitos antirracistas.

A socialização de instrumentos que demonstrem as figuras principais que fazem parte da identidade brasileira sabe que nossas matrizes étnicas são: os negros, os indígenas e não somente referencie aspectos da branquitude que já foram tão exaltados no desenvolvimento da educação tradicional colonial, novas leituras de histórias que estão enraizadas no coletivo brasileiro. Promovendo a compreensão de fatos históricos errôneos e eurocêtricos para promoção de um resgate cultural afrodescendente, já que entendemos que ambas se constituem como ponto de vista. FREITAG (1980, p.39), corrobora com essa compreensão ao afirmar que: (...) É óbvio que dentro dessa visão a escola e as doutrinas pedagógicas assumem uma importância estratégica (...) terá chances de êxito quando a classes hegemônicas a corrosão de bloco histórico que garantia a sua hegemonia, e dando- se a emergência de um novo

bloco. A leitura seja uma forma mais acessível e democrática de combater silenciamentos históricos e ensinar novas formas de interpretações, no espaço escolar conduzindo para além da codificação de textos ou palavras mas que contemplem uma história ainda não referenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS :

A educação antirracista precisa fazer parte do desenvolvimento dos sujeitos amenizando impactos da colonização. O letramento é uma ferramenta eficiente, acessível podendo ser aguçada para desmistificar a desigualdade histórica existente no Brasil .A ausência de processos de letramento que vise uma educação decolonial insere estes alunos em um processo contínuo de colonialidade e o não fortalecimento de suas identidades.

Não estamos pontuando o letramento aqui somente no período de alfabetização o conceito de letramento atribuída nesse artigo vai além dessa etapa cognitiva do sujeito. Acredita-se que constantemente o ser está apto para o desenvolvimento e exercitar sua prática de leitura e escrita de símbolos e linguagens, cabendo também organizar novas leituras de trajetórias históricas pela perspectiva decolonial e antirracista.

O letramento ofertado aos diferentes alunos ainda é descontextualizado não oferecendo o resgate e afirmação cultural dos leitores. Textos, histórias, leituras, imagens são ferramentas que podem ser utilizadas para combater uma dominação da branquitude e mostrar a cultura e novas formas de leitura e aprendizagens considerando novos referenciais que assumam a identidade negra, latina. A ressignificação de leituras é necessária os novos parâmetros municipais, a gestão local, o arcabouço teórico e prático dos profissionais de letramento devem estar embasados em contextos que possibilitem uma educação antirracista e que busquem amenizar impactos da colonização.

Uma transgressão possível e necessária desde que os profissionais e o Estado enquanto instituição assumam um compromisso que empoderados cada vez mais cedo, alunos conscientes do seu sistema histórico social, fortalecendo aprendizagens expressivas. É uma realidade possível caberá o Estado, o poder público local, utilizar mecanismos que sustentem uma identidade negra positiva, esclareçam fatos inverdades marcadas pela historiografia, assumindo um compromisso inovador, democrático e libertário

como o modo de instituir uma verdadeira educação quilombola positiva para a identidade dos sujeitos dos jovens.

As práticas de letramento oferecida nas escolas, documentos a metodologia, instrumentos e materiais didáticos na educação básica, está desarticulado as leis e DCNs e outros documentos legais que trazem as orientações necessárias para nortear as políticas e ações da educação quilombola com isso, o processo de valorização e resgate e que realize outras interpretações da realidade e da história. A leitura vai além da codificação para a educação antirracista o processo de letramento permitirá ao individuo interpretar os contextos hegemônicos que justificam o que acontecem nas relações brasileiras e promover o contato com uma aspectos decoloniais .

REFERÊNCIAS:

BRASIL, **Plano Nacional** de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL, **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretariade Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.

CARVALHO. E. M. G. Educação Infantil. Bahia: EDUESC, 2003.

FERREIRA, J. C. Planejamento na educação infantil: reflexões sobre teorias e práticas. Itajaí. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2012.

FREIRE, PAULO. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FREIRE, PAULO. Pedagogia da Esperança. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FREIRE, PAULO. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FREITAG. Barbara **Escola, Estado e Sociedade** 4ed.rev – São Paulo Moraes, 1980

GALVÃO, Thais Freitas, MG Pereira Epidemiologia e Serviços de Saúde 23, 183-184

GIL, Antonio **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** 5ª Ed. São Paulo. Atlas, 1999.

KLEIMAN, Angela (org.). *Os significados do letramento*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1995. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

OLIVEIRA, Maria do Socorro; TINOCO, Glícia AZEVEDO; e SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. *PROJETOS DE LETRAMENTO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA MATERNA*. Natal: EDUFRN, 2011

HOBSBAWN, Eric e RANGER Terence. **A inovação das tradições**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2006.

HOBSHAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANACORDA, Mario Alighiero. História da educação. São Paulo: Cortez, 1989.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas** Sul, Cidade Autônoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

LEI 10.639/2013 **Lei de educação étnico racial**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.html. Acesso em: 18 ago. 2017.

[LIMA, Telma Cristiane Sasso de](#) and [MIOTO, Regina Célia Tamaso](#).

Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. katálysis* [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.37-45. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-4980200700>
[OLIVEIRA, Luiz Fernandes de](#) and [CANDAU, Vera Maria Ferrão](#). **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. *Educ. rev.* [online]. 2010, vol.26, n.1, pp.15-40. ISSN 0102-4698. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-

GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **El giro decolonial: reflexiones para unadiversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, cap. 6, p. 93-127.

SANTOS, Vera Maria dos. A mulher de posses e a instrução elementar na Capitania de Sergipe Del Rey nos anos setecentos. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, 2011.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.